



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

520 anos do Descobrimento do Brasil – 440 anos da União das Coroas Ibéricas – 270 anos do Tratado de Madri – 180 anos da Maioridade de Dom Pedro II – 150 anos do final da Guerra do Paraguai – 90 anos da Revolução de 1930 – 75 anos da vitória da FEB na Itália
Ano de 2020 Abril N° 345

CLAUSEWITZ E O INIMIGO INVISÍVEL

Aos heróis da linha de frente, numa batalha pela nossa sobrevivência

Elcio Rogerio Secomandi, Professor Emérito da UNISANTOS, aposentado

Carl von Clausewitz, general prussiano do Século XIX, cumpriu excelente papel de agente secreto junto ao exército russo, enquanto a Prússia se dividia entre Napoleão e o seu próprio rei, Frederico Guilherme III. Em 1831, a Polônia se levantava contra a Rússia e Clausewitz lá estava “organizando um cordão sanitário para conter um surto de cólera”. Conheceu ambas (a guerra e a cólera) e pouco antes de falecer (16/11/1831), vítima da cólera, disse em carta familiar (29/07/1831) que preferia morrer na guerra, pois era menos sacrificante. Coube à sua esposa Marie colocar suas ideias no livro que viria a ser o “manual” mais lúcido sobre Estratégia: *Da Guerra*.

Diante deste temor intenso que se abate sobre nós (coronavírus), pinçamos alguns ensinamentos de Clausewitz apropriados para os dias sombrios que vivemos neste início de 2020:

“a sobrevivência da mente numa batalha contra o inesperado precisa, em primeiro lugar, de um intelecto que, mesmo nesse momento de intensa escuridão, retenha algo da luz interior que o conduza à verdade; e, em segundo lugar, a coragem de rumar na direção que essa débil luz aponta”.

Acrescenta que, muitas vezes, as regras se tornam muletas para quem não tem imaginação, sendo necessário quebrá-las, honrando-as sim, mas sem “aferrar-se ao que se sabe funcionar” em tempos de normalidade.

A Arte da guerra, como sabemos, está centrada em “choques de forças, sendo sua raiz a polaridade de pensamento”.

Além do combate contra um inimigo comum, desconhecido e invisível, é preciso arrefecer a tensão entre polaridades internas, como ocorre em qualquer situação onde impera o desconhecido.

Em momentos difíceis, reflexões favoráveis e desfavoráveis, concordância e discordância, sobre as manobras a serem adotadas, geram intensa polarização interna sobre as diferentes formas de atuar em combate. Quando essas forças deixam de se opor, o caminho para a vitória contra o inimigo comum fica mais brando, abrindo espaço para o embate em patamares diferentes e mais elevados.

Buscar ensinamentos na arte da guerra para rumar na direção do “feixe de luz que aponta para o futuro”, nos parece fundamental em momentos nos quais “o curso de ação mais ousado é a escolha mais sábia”, como nos ensina

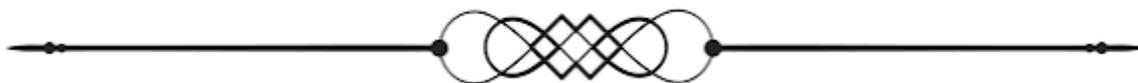
Clausewitz, salientando inclusive que a ousadia nunca caminha ao lado da prudência. É preciso

“realizar a façanha ímpar de proporcionar novas formas de organizar o pensamento em uma época turbulenta e oferecer um norte seguro para o mapeamento da estratégia em ambiente instável!”.

Os autores da nossa fonte básica de consulta – *Clausewitz e a Estratégia* – salientam a

necessidade de uma busca incessante por uma nova doutrina onde

“todos os princípios, as regras e os métodos (presentes em situação de normalidade) perdem a validade absoluta”, especialmente “quando se fazem, desfazem e refazem alianças em um ritmo impressionante; quando a experiência não basta diante de fatos jamais vistos”.



OPORTUNIDADE - A CRISE É UM CASE

General de Brigada Reformado Luiz Eduardo Rocha Paiva

A crise do corona vírus, após o primeiro mês na China, não poderia mais ser considerada apenas do ponto de vista da saúde, haja vista a magnitude e implicações em todos os segmentos da sociedade e pelas perspectivas das consequências em âmbito global.

É muito fácil dizer isso depois da crise instalada, pensarão alguns. Realmente, o cidadão individualmente e com seus afazeres e preocupações só percebe a extensão do problema muito tempo depois. Não é dele essa obrigação, pois o Estado é quem deve se anteciper, por ser o ente encarregado de garantir a segurança, o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade e do cidadão. Não pretendo considerar como o tema foi ou deveria ter sido gerenciado em outros países, mas sim aqui.

O Brasil não tem, em nível ministerial, um órgão de elaboração da Estratégia Nacional (ou Grande Estratégia), que trace os objetivos nacionais de longo prazo, fundamentados na Constituição Federal e nas leis complementares, e as diretrizes estratégicas para alcançá-los.

Ou seja, um *Projeto Nacional*, que aponte os rumos gerais sem impor estratégias setoriais, a não ser algumas onde a atuação do Estado seja indispensável. Esse órgão também elaboraria e monitoraria cenários prospectivos,

bem como orientaria e coordenaria, com os demais ministérios, a condução das estratégias setoriais.

Assim, os servidores de tal órgão, naturalmente e por atribuição, levantariam os desafios, oportunidades e ameaças dos cenários e proporiam as medidas para com eles lidar, sempre com base em elementos de juízo superiores aos dos demais cidadãos.

Essa ideia existe há décadas em muitas cabeças, portanto, não surgiu depois da crise, que só confirmou o acerto desse pensamento e como faz falta sua implementação.

Eis então que, no monitoramento de cenários e lá nos idos de novembro ou dezembro de 2019, esse órgão já teria começado a estudar a crise do corona vírus na China como fato portador de futuro. Isto é, haveria um órgão pensando e propondo medidas para o país se preparar, ciente de que epidemias anteriores também chegaram aqui. Tais medidas seriam voltadas tanto para o setor de saúde, o primeiro a ser priorizado, quanto para outros que teriam de ser mobilizados em se agravando ou em se estendendo o problema.

Hoje, está clara a falta de uma integração oportuna dos setores envolvidos na crise, não restrita ao setor de saúde que, vale dizer, cumpre muito bem o seu papel, porém, focado no que lhe compete. Deveria haver um

planejamento prévio e integrado para lidar com o porvir, após o *remédio* da quarentena radical e seus efeitos colaterais, bem como para coordenar as ações em todos os campos do poder nacional. Eis um dos espaços do órgão em pauta, lembrando que não seria apenas o gerenciamento de crises mas, principalmente, a elaboração da Estratégia Nacional.

No entanto, pasmem os leitores, existe na estrutura de governo esse órgão, amadoristicamente relegado a segundo plano desde os anos 1990. Trata-se da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), cujo Secretário, que deveria ter status de ministro, seria o chefe do gabinete dessa crise. Não significa ser o decisor, mas sim o gestor, coordenando com os demais ministros envolvidos, pois a SAE seria o órgão com maior conhecimento global do problema, ao tê-lo monitorado desde as origens.

Infelizmente, o pensamento estratégico de alto nível não é valorizado pelo governo e, tampouco, pelas lideranças políticas desde os anos 1990. Embora sempre tenha existido, na estrutura de gestão governamental, gente com

visão de futuro a se esforçar para incutir o pensamento estratégico nas instâncias decisórias, essa carência permanece como uma perigosa vulnerabilidade nacional.

Um país não pode se atrelar, prioritariamente, ao que pensa o segmento da economia. Ela tem papel de extrema relevância, pois baliza os estrategistas da SAE, de modo a não alçarem voos calcados em anseios e sonhos inviáveis. No entanto, não é nela que se planeja o futuro, embora assessor para garantir objetivos e metas realistas, o ritmo sustentável das ações e o faseamento necessário para a viabilizar a concretização dos interesses vitais da nação. Enfim, para buscar a compatibilização de objetivos com recursos.

Não posso imaginar o Exército com o Estado-Maior subordinado à Secretaria de Economia e Finanças, ao invés de assessorado por ela. Pior ainda, se relegado a um nível de segundo plano na estrutura de comando da Força.

Essa crise é para ser estudada como um case, visando aperfeiçoar a gestão de governo no nível estratégico nacional.



A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL EM 1808/09

Cel Eng EM Claudio Moreira Bento

Antecedentes

Em 1637, o rei Felipe IV de Espanha e III de Portugal doou a capitania do Cabo Norte (atual Amapá) a Bento Maciel Parente, então governador do Estado do Maranhão, por serviços militares prestados na expulsão de estrangeiros da entrada do rio Amazonas. Foram usados os jesuítas para consolidar a capitania do cabo Norte, os quais tinham suas bases de missões entre os rios Araguari e Oiapoque, cartografadas pelo Padre Conrado Pfeil.

Em 1640, foi desfeita a União das Coroas Ibéricas (1580/1640) e D. João IV, rei de Portugal, em 1665, reconheceu a patente de capitão-mor e senhor daquela capitania hereditária, de Bento Maciel. Esta capitania ia do Cabo Norte, ao sul, ao Oiapoque, ao norte, com uma extensão de cerca de 40 léguas de

litoral. Residia aí a origem da soberania luso-brasileira sobre o atual Amapá.

Os ingleses e franceses também voltaram para as Guianas, respeitando, de início, o limite com Portugal, ou seja, o Oiapoque.

Em 22 de maio de 1604, o inglês Charles Leigh tomou posse da margem esquerda do Oiapoque, onde estabeleceu uma colônia com 76 homens, chamada pelos índios de Caribote, que malogrou em 31 de maio de 1606.

Em 17 de maio de 1698, o inglês Robert Harcourt, com 60 homens, desembarcou na margem esquerda do Oiapoque, fundando nova colônia que também teve curta duração.

Os franceses, em 1633, com permissão do Cardeal Richelieu, organizaram a Companhia do Cabo Norte, ou Guiana, na região entre os rios Maroni e Oiapoque, mas ela fracassou.

Após a concessão da Capitania do Cabo Norte a Bento Parente por Portugal, foi estabelecida na área a 2ª Companhia do Cabo Norte, liderada pelo francês Jacob Bomtemps. Ele tinha a permissão, concedida pelo Cardeal Richelieu, de explorar as terras entre o Orenoco e o Amazonas. Mas dos 300 franceses que desembarcaram em Caiena, em novembro de 1643, poucos sobreviveram após um ano.

Em 29 de dezembro de 1652, a França organizou nova companhia. E 500 homens desembarcaram em Caiena, com permissão para ocupar toda a Guiana, do Orenoco ao Amazonas, em flagrante atentado à soberania de Portugal sobre o atual Amapá.

Era a França Equinocial, tendo como principal acionista desta companhia o Secretário-Geral da Marinha da França. Mas, em menos de um ano, cerca de 400 colonos franceses foram exterminados por doenças tropicais. Os poucos que restaram foram transportados para o atual Suriname por um navio holandês.

Em 1634, foi fundada Caiena, capital da Guiana Francesa. Em 17 de novembro de 1678, a Espanha, pelo Tratado de Nimègue, cedeu à França seus supostos direitos sobre o Cabo do Norte (Amapá), anulando a concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente. Então o Marquês de Ferrolles, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, e em plena paz com Portugal atacou o Forte de Cumau (Macapá) e o retomou aos franceses.

O Governador Antônio de Albuquerque reagiu, equipando expedições lideradas pelos capitães Francisco de Souza e Souza Fundão, que retomaram as fortificações e aprisionaram os invasores e seu material de guerra e até uma bandeira, como troféu.

Foi providencial esta retomada, assim consolidada em razão de, na Europa, a Liga de Augsburg: Inglaterra, Espanha, Holanda e Alemanha terem colocado um fim ao expansionismo do rei Luís XIV da França, o que teve efeitos diretos em nosso território no Amapá.

Mas os franceses pressionavam o Amapá através de missionários e de colonos escravizadores de índios e de pescadores autorizados por Caiena. E os luso-brasileiros, civis, militares e religiosos se opunham a estes intrusos aprisionando-os e devolvendo-os à Guiana.

Flotilhas de canoas foram construídas em Belém, consagrado ponto de irradiação luso-brasileira sobre o Cabo Norte (Amapá), como o foi Gurupá, centro irradiador da expansão luso-brasileira para o

interior da bacia Amazônia e ponto de partida do Capitão Pedro Teixeira para a conquista da Amazônia em 1637, as quais, guarnecidas por soldados de Infantaria, policiavam a costa do Amapá, assegurando a soberania luso-brasileira.

Um dos resultados das decisões tomadas pela Liga de Augsburg foi a assinatura do Tratado Provisório, entre Portugal e França, em 1700. Tratado que, felizmente, teve curta duração. Por este Tratado, a França concordou em neutralizar a capitania do Cabo do Norte (Amapá). Portugal teria de abandonar e demolir os fortes, construídos no atual Amapá. O Rei D. Pedro II assinou-o, sob pressão de ameaças de Luís XIV, com sérios prejuízos à nossa integridade territorial. Curta seria a duração.

Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, entre Portugal e França que, pelo artigo IX, anulou o Provisório de 1700. Os franceses pressionaram, mas em 1713 a fronteira foi declarada como sendo no Oiapoque.

Expedições militares, em 1723 e 1728, foram até o Oiapoque, comandadas pelos capitães João Paes do Amaral, Diogo Pinto Gavier Botero e Francisco de Melo Palheta, para localizarem os marcos de pedra balizadores de fronteira, os quais os franceses destruíram para confundir.

Houve forte tensão militar, e Portugal acabou firmando a fronteira no Oiapoque. A França renunciou, pelo artigo VII, a todas as suas pretensões no Cabo Norte (atual Amapá), situadas entre o Amazonas e o Oiapoque. E reconheceu a posse plena do Amapá por luso-brasileiros.

Em fevereiro de 1727, o Governador-Geral do Estado do Maranhão enviou reclamação a Claude D'Orvilliers, governador da Guiana Francesa, exigindo observância do Tratado de Utrecht, constantemente violado pelos franceses, que traficavam índios em terras sob controle de Portugal.

Seguiu-se um período de calma, até o advento da Revolução Francesa, em 1789, ocasião em que D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Governador do Pará, projetou a conquista da Guiana Francesa, mas o projeto não foi aprovado por Portugal.

Pombal havia ampliado a Fortaleza de São José de Macapá, guarnecendo-a com 62 canhões e com um Regimento de Infantaria. Mas a ideia do Governador do Pará foi posta em prática em 1808 pelo Conde de Linhares, seu irmão, e nosso Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, hoje com Museu Militar em sua memória em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, como organizador de nossa estrutura militar.

Após uma série de lutas desenroladas na Europa, inclusive na península ibérica, onde Portugal se aliara à Espanha para uma frustrada incursão em

território francês, houve uma mudança de posição do governo espanhol em favor da França.

Em 27 de março de 1802, a Grã-Bretanha, que combatia os franceses, assinou um tratado de paz com a França e seus aliados (Espanha e República Batava). Esse tratado, firmado em Amiens, fixava a fronteira pelo rio Araguari, para delimitar os territórios do Brasil e da Guiana Francesa. Portugal, ausente, não aderiu a estas resoluções do Tratado de Amiens. Portugal ficara de fora das negociações. O tratado contrariava naturalmente os interesses portugueses na América do Sul.

A Conquista de Caiena por Portugal

Com a invasão da península ibérica pelos franceses, e a entrada do General Junot em Lisboa, o governo português emigrou para o Brasil, de onde continuou a governar Portugal e seu Império Ultramarino.

Em 22 de janeiro de 1808, aportou na Bahia a maior parte da esquadra, trazendo a Família Real, a corte e o governo. Uma das primeiras medidas do príncipe-regente D. João foi ordenar a conquista de Caiena, não só como represália à França, mas para fixar em definitivo os limites do Brasil no rio Oiapoque. Declarou nulos os tratados anteriores impostos pela força das armas e ordenou a expulsão das tropas francesas de Caiena.

A organização da expedição coube ao Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, Governador e Capitão-General da capitania do Grão-Pará e Rio Negro (atuais Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima). A expedição foi formada basicamente por brasileiros, mas também com oficiais e praças ingleses e portugueses.

Seu objetivo militar, segundo proclamação de seu comandante, ficou bem claro em 1º de outubro de 1808:

“Se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Portuguesa, ao norte do Equador, marcada com os antigos padrões, firmados com a posse útil daqueles territórios e já nos primeiros tempos cultivados por vassalos portugueses e depois solenemente ratificados com a cessão e garante do Tratado de Utrecht”.

Organização da Força Expedicionária

¹ O interesse dos ingleses nesse conflito era o seguinte: James Yeo era um corsário, designado pelo Alm Sidney Smith de navegar a costa da Guiana e de capturar corsários franceses. Isto

A força terrestre foi comandada pelo Tenente-Coronel Manoel Marques d'Elvas Portugal. Foi constituída por duas companhias de Granadeiros dos 1º e 3º Regimentos de Linha, duas companhias de Caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha e 1 companhia de Artilharia. A 3 de dezembro de 1808, ela deixou o Pará. E chegou à baía do Oiapoque, onde as tropas expedicionárias desembarcaram e ocuparam posição na sua margem esquerda.

A força naval era constituída pela corveta inglesa Confiance (20 bocas de fogo), sendo comandante o inglês Capitão-de-Mar-e-Guerra Sir James Lucas Yeo¹; pelos brigues Voador e Infante D. Pedro; pela escuna General Magalhães (12 canhões), pelos cuters Vingança e Leão (oito canhões cada) e por três barcos-transporte. Integravam a expedição cariocas, fluminenses, paulistas, mineiros e um contingente de soldados paraenses.

Os combates

Não houve resistência no desembarque da Expedição, que marchou ao encontro do inimigo.

Em 15 de dezembro, combateram com o fortim Apronague, que foi conquistado, depois de breve combate, pelos CMG Lucas Yeo e CT Luís da Cunha Moreira.

Prosseguindo nas ações, em 7 de janeiro de 1809, o CMG Lucas Yeo e o Major Joaquim Manuel Pinto desembarcaram, às 0300 horas da madrugada, na costa oriental da ilha de 5 Caiena, na entrada do Mahuri. Após este desembarque naquela região, o inglês CMG James Lucas Yeo, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, depois de vigorosos combates, apoderou-se da bateria do barco Diamant, com 3 peças, cujo comandante, Capitão Chevreuil, morreu na ação.

O Major Joaquim Manuel Pinto, com 140 luso-brasileiros, em violenta luta, conquistou a bateria de Degras-des-Cannes. Terminado o confronto, o comandante da Expedição, Manuel Marques, desembarcou à frente de 350 luso-brasileiros e atacou a bateria Trió. Finalmente, às 1800 horas, nossa Infantaria ficou dona da praça, na entrada da Crique-Fouille e de outra bateria no canal Torcy.

Às 1900 horas, o comandante Marques de Souza repeliu um contra-ataque francês, dirigido por Victor Hughes, governador da Guiana. No dia seguinte, 8 de janeiro de 1809, prosseguiu o combate.

Os franceses, manobrando à noite, ocuparam uma posição junto ao canal Torcy. Coube ao

tudo sem a chancela de Londres. Smith tinha uma esquadra fundada no Rio desde a chegada da família real em 1808 (SOU-BLIN, 2010, p. 43).

comandante Yeo, com 80 marinheiros ingleses e 100 soldados luso-brasileiros, travar nova luta, desalojando-os da posição, e apoderando-se de duas peças de Artilharia de Campanha.

A capitulação e entrada em Caiena

A expedição marchou para Legrand Beau-Regard em 9 de janeiro de 1809. No dia 10, foi enviado um parlamentar ao governador da Guiana, Hughes. E este fez um pedido de trégua, por 24 horas, e indicou lugar onde pudesse solicitar explicações e fazer sua proposta.

Em 12 de janeiro, foi assinada a capitulação em Bourda (ilha de Caiena), entre o Tenente-Coronel Manuel Marques e o comandante James Lucas Yeo, comandantes das forças brasileiras e inglesas de terra e mar, e Victor Hughes, governador de Caiena.

Foi ajustada a entrega da Guiana Francesa ao príncipe-regente D. João, sendo concedidas à guarnição francesa de Caiena as honras de guerra e seu transporte até à França.

As tropas luso-brasileiras e inglesas entraram em Caiena em 14 de janeiro de 1809. O Tenente-Coronel Manuel Marques, em carta-relatório ao Governador do Pará escreveu:

“O artigo 1.º (da Capitulação) foi exatamente cumprido no dia 14, em que entrei com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando este ato com uma salva de 21 tiros. A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, e são ao todo 593 homens. E para se dar cumprimento aos artigos 2º e 3º, faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes. Os negros, a quem se devia a liberdade, também embarcaram. Achou-se na praça muita Artilharia, porém quase toda desmontada e muito pouca munição de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão. Sendo necessário velar pela segurança interior, política e pela tranquilidade da Colônia, e não tendo a quem encarregasse destas importantes comissões, organizei uma Junta Provisória, como verás, composta de 8 dos principais habitantes (da Guiana), cuja constituição, deveres e condições verás V. Exa. na Ordenança n.º 7, pela qual a instituí e a criei...”

Vitória final

Com a conquista de Caiena, o embarque dos franceses para a Europa e com a plena posse de toda a Guiana, estava encerrada a parte

militar do período. Destaque-se o desempenho em ação de nossos combatentes. O episódio serviu não só para testá-los, como também para impor nossa soberania diante de soldados de uma das maiores potências militares da época.

Foi mais uma página de valor e glória, escrita na História Militar do Brasil. Este ato de guerra firmou a soberania e o limite norte do Brasil no rio Oiapoque, além de hostilizar a França, invasora de Portugal, forçando a vinda, para o Brasil, da família real, da corte e do governo.

O primeiro acerto entre as potências, após a conquista de Caiena, fez-se por ocasião da assinatura do ato final do Congresso de Viena, em 9 de junho de 1815. O Barão do Rio Branco escreveu em suas Efemérides Brasileiras:

“O artigo 107 tratava nos seguintes termos a restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 por Portugal: Sua Alteza Real, o Príncipe-Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para com Sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, obriga-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque”.

Era mais uma afirmação da soberania do Brasil sobre a atual Amapá. A Guiana foi devolvida à França em 1817, depois de nove anos sob domínio de Portugal. Mas a pendência continuaria até 1900 quando, por laudo arbitral, foi definido o Amapá como território brasileiro.

Como se conclui, o Amapá, de igual forma que o Rio Grande do Sul, se constituiu em fronteiras do Vai e Vem, pelas oscilações de seus limites, fruto de disputas diplomáticas e militares, felizmente vencidas por Portugal e depois pelo Brasil e para as quais concorreram os soldados luso-brasileiros e depois brasileiros.

Os portugueses travaram luta épica, no atual Amapá, contra os estrangeiros e índios e contra a natureza hostil do local, em especial a sua insalubridade. A região era encharcada pelas águas dos inúmeros lagos da bacia do Araguari e de outros rios, o que a tornava impraticável no inverno. Mas a orientação estratégica de Portugal foi manter o Amapá a todo o custo.

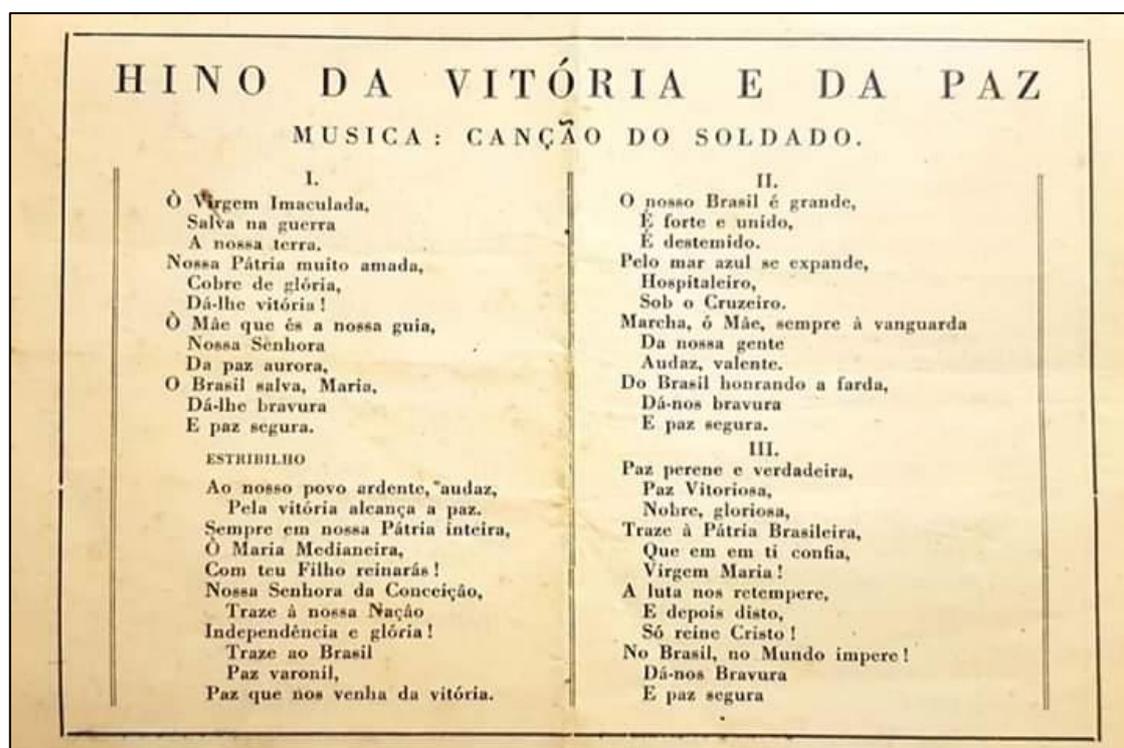
Nesta tarefa distinguiram-se dois soldados e grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho. Gomes Freire fez Portugal visualizar a importância estratégica militar do Amapá. Antônio Albuquerque viajou pelo Amapá mais de uma vez e desfechou uma ofensiva contra os franceses, os índios hostis e o meio ambiente hostil do Amapá.

A saga da definição do destino brasileiro do Amapá é relatada com minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo já falecido historiador Sílvio Meira na obra *Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá*. (São Paulo, SUP, 1989), na qual prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.

Fontes: História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um povo, 1972;
Soublin, Jean. Caiena 1809. Rio de Janeiro: 2010, BLIEx.

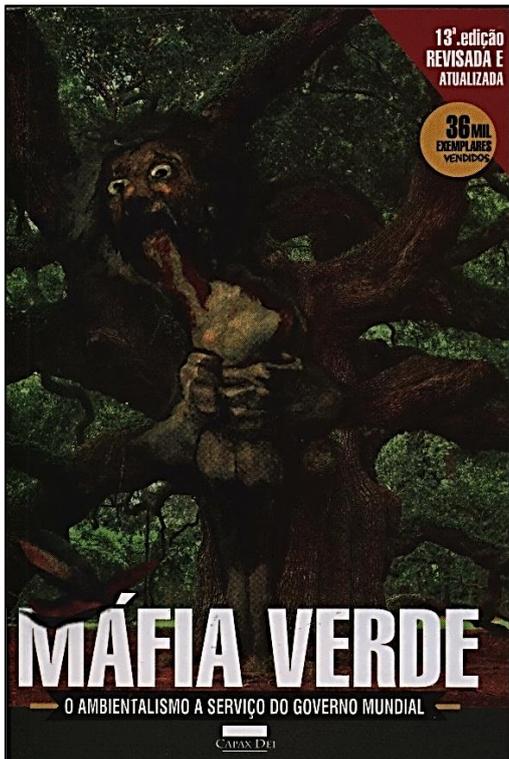
Acesse o novo texto do Cel Claudio Frederico Vogt "O Circo" pelo blog www.escritorcfovogt.blogspot.com.br

Você conhece o Hino da Vitória e da Paz? A música é a mesma da Canção do Exército.



LIVROS RECEBIDOS

A AHIMTB/RS recebeu da Editora Capax Dei os livros cujas capas seguem na página seguinte. Um deles já está na 13ª edição, face ao valor da obra. Os mesmos estão à disposição dos integrantes e amigos. Basta entrar em contato com a Presidência. Aproveitemos para ler durante o confinamento.



CARRASCO, Lorenzo; PALÁCIOS, Sílvia; LINO, Geraldo. Máfia Verde – O Ambientalismo a Serviço do “Governo Mundial”. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2020.



HAMILTON, Alexander; LIST, Friedrich; CAREY, Henry. Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009.

*"Um pouco de ciência nos afasta de Deus. Muito, nos aproxima."
Louis Pasteur*

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>.